

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

TECNOFEUDALISMO: RECONFIGURAÇÕES DO PODER NA ERA DIGITAL E IMPLICAÇÕES PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dielly Marie Melo de Sousa Gomes, PPGCI UFAL, <https://orcid.org/0009-0001-8260-7732>, Brasil,
diellymarie@gmail.com

Maytê Luanna Dias de Melo, PPGCI UFAL, <https://orcid.org/0000-0002-7310-2572>, Brasil,
mayte.melo@ichca.ufal.br

Jonas Aron Cardoso Diniz, PPGCI UFAL, <https://orcid.org/0000-0003-3080-5005>, Brasil,
jonasacd@gmail.com

Exo:

1 Introdução

A sociedade contemporânea vivencia uma profunda reconfiguração em sua organização econômica, social e informacional. Este novo cenário é caracterizado pela centralização de poder, dados e recursos nas mãos de um pequeno número de corporações tecnológicas, como *Amazon*, *Google*, *Meta* e *Apple*. Inicialmente vistas como catalisadoras da inovação e da democratização do acesso à informação, essas empresas passaram a operar como centros de controle, regulação e monetização dos fluxos informacionais em escala global. O que se observa, portanto, é uma subversão da promessa libertadora da internet, cujos ideais originais de descentralização, colaboração e acesso aberto são progressivamente substituídos por mecanismos de vigilância contínua, controle algorítmico e exploração de dados pessoais como o principal ativo da economia digital.

Nesse contexto, emerge o conceito de tecnofeudalismo como uma metáfora crítica e um arcabouço teórico para analisar a nova dinâmica de poder, que se baseia na extração de dados, na vigilância constante e na dependência dos usuários em relação às plataformas digitais. Autores como Evgeny Morozov e Shoshana Zuboff oferecem interpretações que expõem a contradição entre as narrativas de inovação e livre mercado

e a realidade de um sistema fundamentado na extração assimétrica de valor, análogo a formas de dominação pré-capitalistas. O tecnofeudalismo, portanto, não significa um regresso ao passado, mas aponta para um novo regime socioeconômico onde o controle sobre as infraestruturas informacionais se torna mais decisivo do que a posse dos meios de produção tradicionais.

Essa conjuntura revela uma reordenação da estrutura sociopolítica e econômica, na qual a promessa de um ciberespaço livre e participativo é suplantada por relações de servidão e exploração digital, semelhantes às do feudalismo medieval. No feudalismo clássico, os senhores detinham o controle da terra, oferecendo proteção em troca da lealdade e do trabalho dos servos. De forma análoga, as plataformas digitais contemporâneas fornecem serviços, conectividade e acesso — muitas vezes de forma gratuita — em troca da coleta massiva de dados, do rastreamento dos usuários e da submissão a algoritmos e termos de serviço sobre os quais os indivíduos não possuem controle efetivo. Assim como os camponeses estavam atrelados à terra, os usuários hoje se encontram cada vez mais dependentes das infraestruturas digitais para se comunicar, trabalhar, consumir e participar da vida social.

Este novo modelo de poder informacional levanta questões urgentes sobre o papel da informação na sociedade. A centralização tecnológica desafia diretamente noções de soberania, privacidade, cidadania e democracia, posicionando a informação como o epicentro de disputas políticas e econômicas. As grandes empresas de tecnologia, ao controlarem as infraestruturas digitais como redes sociais, mecanismos de busca e dispositivos inteligentes, tornam-se as mediadoras das experiências humanas. Elas determinam o que é visto, por quem e quando, ao mesmo tempo em que podem invisibilizar conteúdos, criar bolhas de filtro e silenciar vozes dissidentes. A ideia de "neutralidade da rede" é substituída por estratégias corporativas que visam à maximização do lucro, enquanto os algoritmos, funcionando como "caixas-pretas", reforçam desigualdades informacionais e epistemológicas.

Diante desse panorama, a Ciência da Informação é convocada a refletir criticamente sobre o impacto dessas mudanças. Como um campo dedicado à mediação, organização, acesso e uso ético da informação, seus princípios fundamentais estão no centro das disputas atuais. A atuação das plataformas desafia a diversidade de fontes e a autonomia do sujeito, tornando urgente a necessidade de análises que transcendam a dimensão puramente técnica da informação para abranger seus aspectos políticos, éticos e socioculturais. A complexidade dos sistemas atuais exige abordagens críticas e transdisciplinares capazes de expor assimetrias de poder e promover uma cidadania informacional ativa.

Adicionalmente, a ascensão do tecnofeudalismo apresenta desafios diretos à formulação de políticas públicas de informação. Questiona-se até que ponto os marcos regulatórios existentes conseguem coibir os abusos das grandes corporações. Como assegurar a proteção de dados pessoais, a transparência algorítmica e a neutralidade da rede em um cenário de forte assimetria de poder entre Estados e empresas transnacionais? Qual o papel da Ciência da Informação na criação e avaliação dessas

políticas? Tais perguntas exigem diagnósticos precisos e propostas de ação baseadas na justiça informacional, na equidade e na soberania tecnológica.

Este estudo parte, assim, da seguinte problemática: como o tecnofeudalismo se estabelece como uma nova estrutura de poder e quais são suas implicações para a política de informação e para a Ciência da Informação? A análise se fundamenta no entendimento de que a informação não é um recurso neutro, mas um elemento estratégico nas disputas por poder no século XXI. O objetivo geral é analisar criticamente o conceito de tecnofeudalismo e suas consequências para a regulação, a organização social e o papel da Ciência da Informação frente às novas dinâmicas de controle e desigualdade na era digital. Os objetivos específicos são: (i) contextualizar o surgimento do tecnofeudalismo na economia digital e na cultura algorítmica; (ii) examinar os impactos dessa lógica nos direitos informacionais, na privacidade e na cidadania digital; e (iii) discutir as contribuições e os desafios da Ciência da Informação diante desse cenário.

A relevância deste trabalho se justifica pela necessidade de compreender os mecanismos pelos quais o poder informacional se consolida na era digital, especialmente frente à manipulação informacional e à mercantilização de dados pessoais. A análise crítica do tecnofeudalismo permite desvelar os interesses econômicos e políticos que sustentam a arquitetura atual da internet, desafiando discursos hegemônicos de neutralidade tecnológica. Ao mesmo tempo, o estudo busca oferecer subsídios para a formulação de alternativas baseadas na transparência, no acesso universal, na proteção de dados e na soberania digital.

Ao aprofundar essa discussão, busca-se contribuir para uma compreensão crítica do cenário atual e para a construção de alternativas que priorizem a justiça informacional, a ética e a soberania dos sujeitos no ambiente digital. Com isso, pretende-se reforçar o papel da Ciência da Informação como um campo estratégico para a construção de sociedades mais justas,

democráticas e conscientes do papel central que a informação desempenha nas estruturas de poder contemporâneas. A informação, enquanto bem comum, deve ser objeto de disputas legítimas por equidade e acesso, e não um instrumento de dominação monopolística. É nesse horizonte que este estudo se inscreve, propondo-se a tensionar as fronteiras entre conhecimento, poder e liberdade na era do tecnofeudalismo.

2 Referencial Teórico

O enquadramento teórico desta investigação fundamenta-se em uma constelação de autores e correntes críticas que analisam as profundas reconfigurações do poder, da economia e da subjetividade na sociedade da informação. O conceito de tecnofeudalismo emerge como uma potente chave interpretativa para compreender o atual regime econômico-informacional, no qual o controle monopolista das infraestruturas digitais e a apropriação massiva de dados pessoais se consolidam como os principais ativos de dominação e acumulação. Embora seja uma noção em debate, ela tem sido explorada por diversos pensadores que denunciam o esvaziamento do ideal democrático e libertário da internet, sinalizando o surgimento de novas e sofisticadas formas de dependência sociotécnica e servidão algorítmica.

Um dos autores que antecipam essa virada analítica é o filósofo italiano Franco “Bifo” Berardi. Em sua obra *Depois do Futuro*, ele examina a emergência de relações de servidão digital, nas quais os indivíduos, imersos em um fluxo incessante de informação e comunicação, tornam-se sujeitos a um regime contínuo de conexão, produtividade e vigilância. Para ele, o sonho iluminista de uma esfera pública digital livre deu lugar a estruturas de exploração invisível, onde o acesso à informação, ao trabalho e à própria sociabilidade é mediado e condicionado pelas grandes corporações tecnológicas. “O tempo foi capturado pelas máquinas de valorização, e a subjetividade foi colonizada pela lógica financeira” (BERARDI, 2019, p. 112), afirma o autor ao descrever o

esgotamento psicossocial e a precarização existencial do sujeito permanentemente conectado.

De modo complementar, Evgeny Morozov, em seu livro *O Delírio Digital: O Lado Sombrio da Liberdade na Internet*, desfere uma crítica contundente ao otimismo tecnocêntrico que marcou o início do século XXI. Morozov denuncia o que chama de “solucionismo tecnológico”, a crença ingênuas de que a tecnologia, por si só, é capaz de resolver problemas sociais complexos. Segundo o autor, o discurso utópico sobre a liberdade informacional serviu como um véu para ocultar o crescimento de estruturas de poder autoritárias e corporativas que instrumentalizam a tecnologia para fins de controle e dominação (MOROZOV, 2018). Empresas como Amazon, Google, Meta e Apple, argumenta, concentram um poder transnacional sem precedentes, impactando não apenas o mercado, mas as próprias estruturas políticas, culturais e cognitivas da sociedade contemporânea.

Shoshana Zuboff, em sua obra monumental *A Era do Capitalismo de Vigilância*, amplia essa crítica ao detalhar o modelo econômico que sustenta esse novo poder. Ela define o capitalismo de vigilância como um sistema fundado na extração massiva e unilateral dos dados comportamentais dos usuários, que são declarados como propriedade das empresas. Segundo a autora, “a lógica do capitalismo de vigilância transforma a experiência humana em matéria-prima gratuita para práticas comerciais ocultas de extração, previsão e venda” (ZUBOFF, 2019, p. 23). Esses dados, processados por algoritmos de inteligência artificial, são transformados em produtos preditivos e negociados em mercados especializados — os “mercados de futuros comportamentais” —, onde o objetivo é antecipar e moldar o comportamento humano. Zuboff alerta que, nesse modelo, “a privacidade é abolida como uma condição humana e substituída por um novo regime de poder informacional que mina a autonomia, a cidadania e a liberdade de decisão” (ZUBOFF, 2019, p. 58).

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, por sua vez, aprofunda a análise dos efeitos subjetivos desse novo regime de poder. Em obras como Psicopolítica: O Neoliberalismo e as Novas Técnicas de Poder e Sociedade da Transparência, Han demonstra como o discurso da liberdade, da auto-realização e da transparência, promovido pelas plataformas, mascara formas sofisticadas de dominação que operam pelo consentimento e pelo autoengajamento. A máxima neoliberal, segundo ele, não é mais a da disciplina, mas a do desempenho. Han afirma que “o sujeito do neoliberalismo não é mais um sujeito obediente, mas um sujeito de desempenho que explora a si mesmo voluntariamente, acreditando estar se realizando” (HAN, 2018, p. 12). A vigilância, nesse modelo, é internalizada, e os indivíduos tornam-se cúmplices de sua própria exposição, transformando a liberdade em uma eficiente ferramenta de controle.

Na perspectiva da Economia Política da Informação, autores seminais oferecem fundamentos para compreender a estrutura material e o funcionamento desse novo poder informacional. Herbert Schiller, um de seus pioneiros, já denunciava em Information Inequality que o chamado “capitalismo informacional” era, na verdade, uma continuação e aprofundamento do projeto neoliberal de concentração de poder. Para ele, “a retórica da abundância digital serve como cortina de fumaça para práticas de dominação econômica e exclusão social” (SCHILLER, 1996, p. 37), sustentando que as redes tecnológicas, longe de serem neutras, reforçam desigualdades estruturais sob o disfarce da liberdade de escolha.

Vincent Mosco, em A Economia Política da Comunicação, avança ao propor a ideia de fetichismo das tecnologias, demonstrando como o conhecimento, a cultura e a própria comunicação são transformados em mercadorias (commodities), processo que molda subjetividades e fortalece a hegemonia das corporações de mídia e tecnologia. Para Mosco, “a mercantilização do saber compromete a capacidade crítica dos sujeitos e enfraquece os fundamentos democráticos da sociedade da informação” (MOSCO, 2009, p.

145), destacando o papel central das indústrias informacionais na naturalização da ideologia tecnocrática e na erosão do espaço público. Manuel Castells, com sua trilogia A Era da Informação, propõe que vivemos em uma “sociedade em rede”, na qual o poder se estrutura a partir de fluxos informacionais distribuídos globalmente. Embora reconheça o potencial descentralizador e democratizante das tecnologias, Castells alerta enfaticamente para o surgimento de novas e profundas formas de exclusão social. Para o autor, em um mundo onde a conectividade é o principal recurso de poder e oportunidade, a “exclusão digital é a nova e decisiva forma de exclusão social” (CASTELLS, 2016, p. 451), pois as redes não são neutras, e sim moldadas por interesses econômicos, políticos e culturais que determinam quem está incluído e quem é deixado para trás.

Nesse mesmo campo, a teórica italiana Tiziana Terranova, em seu influente ensaio Free Labor: Producing Culture for the Digital Economy, contribui para o entendimento da produção de valor nas redes. Ela desenvolve o conceito de trabalho gratuito (free labor), referindo-se ao conjunto de atividades e interações espontâneas dos usuários nas plataformas — curtir, comentar, postar, compartilhar, produzir conteúdo — que são sistematicamente capturadas e apropriadas economicamente pelas empresas. Para a autora, “as redes funcionam como ecologias biopolíticas nas quais os sujeitos são capturados por dispositivos que exploram suas capacidades cognitivas, emocionais e relacionais” (TERRANOVA, 2004, p. 74), transformando o lazer e a sociabilidade em trabalho não remunerado. Inspirada em Foucault, Negri e Lazzarato, Terranova argumenta que o capitalismo digital opera por meio de biopoder e trabalho imaterial, atuando sobre a vida como um todo e revelando a contradição central entre o discurso de autonomia e a realidade da extração de valor.

No âmbito da Ciência da Informação, Sandra Braman, em Change of State: Information, Policy, and Power, defende que a política de informação se tornou um elemento central que

redefine os três poderes clássicos do Estado — estrutural, simbólico e instrumental. Ela argumenta que “a informação passou de recurso estratégico a elemento constitutivo do próprio Estado” (BRAMAN, 2006, p. 3), afetando diretamente as formas de regulação, o exercício da soberania e a própria definição de cidadania no século XXI. Sua análise sublinha a centralidade dos fluxos informacionais na formulação de políticas públicas, na segurança nacional, na economia e na cultura.

No Brasil, Maria Nélida González de Gómez (2015) propõe uma leitura crítica da política de informação, tratando-a como um campo de disputa ideológica e material. Para a autora, a informação jamais é neutra, mas sim atravessada por interesses, conflitos e lutas sociais. A partir dessa premissa, as políticas informacionais devem ser analisadas à luz das relações de poder que moldam sua produção, circulação e apropriação, uma perspectiva fundamental para compreender o papel do Estado e das instituições no enfrentamento das profundas assimetrias que caracterizam o regime tecnofeudal.

Apesar da força analítica do conceito de tecnofeudalismo, correntes críticas propõem termos alternativos ou complementares, como capitalismo de plataforma ou capitalismo cognitivo, que destacam a continuidade com a lógica de acumulação capitalista. Nick Srnicek, em seu livro *Platform Capitalism*, recusa a ideia de que vivemos uma regressão feudal. Para ele, as plataformas representam uma engenhosa resposta capitalista às crises de rentabilidade do século XXI, baseando-se na extração de dados e na intermediação de interações sociais como novo motor de acumulação. “O poder das plataformas não decorre de sua ruptura com o capitalismo, mas de sua plena adaptação ao neoliberalismo global” (SRNICEK, 2017, p. 48).

Contudo, o conceito de tecnofeudalismo mantém sua relevância por iluminar aspectos que outras abordagens podem subestimar: o caráter monopolista e infraestrutural das plataformas, que operam como senhores de feudos digitais; a perda de autonomia dos sujeitos, que se tornam vassalos digitais; e a

emergência de novas formas de servidão algorítmica, que operam não apenas pela exploração do trabalho, mas pela captura total da atenção, dos dados e da vida cotidiana. Assim, esta investigação adota o termo como uma chave interpretativa estratégica que se soma — e não se opõe — às abordagens críticas do capitalismo digital e de vigilância. Ao integrar as contribuições de autores da ciência da informação, economia política, sociologia da tecnologia e filosofia crítica, este referencial teórico constrói uma base analítica robusta e multifacetada para compreender os impactos do modelo tecnofeudal sobre a organização do saber, a circulação da informação e as dinâmicas de poder na era digital. Trata-se de mapear criticamente os mecanismos que sustentam a nova ordem informacional, seus efeitos sobre os sujeitos e as possibilidades de resistência e regulação democrática.

2 Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos, esta investigação adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com fundamentação teórico-conceitual e orientação crítica. Optou-se por uma metodologia que privilegia a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e informacionais em seu contexto histórico e político, em detrimento da mensuração quantitativa ou da busca de generalizações. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela natureza complexa, dinâmica e multidimensional do conceito de tecnofeudalismo, que exige uma leitura interpretativa e contextualizada das relações entre tecnologia, poder, informação e sociedade.

Trata-se de uma pesquisa centrada na revisão bibliográfica e documental, com ênfase na análise crítica do conceito de tecnofeudalismo, suas origens teóricas, influências ideológicas e desdobramentos sociotécnicos, políticos, culturais e econômicos no contexto da sociedade da informação. A investigação se ancora em um referencial interdisciplinar, articulando contribuições da Economia Política

da Informação e da Comunicação (EPIC), dos Estudos Críticos da Informação, da Filosofia Política, dos Estudos de Mídia e da própria Ciência da Informação, a fim de construir um arcabouço analítico robusto para examinar o objeto em questão.

A metodologia empregada segue os pressupostos da análise de conteúdo, conforme delineado por Bardin (2011), que propõe três fases principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Essa técnica se mostrou adequada à proposta da pesquisa por possibilitar a identificação de categorias temáticas emergentes, recorrências discursivas, contradições internas e tendências analíticas, preservando a densidade interpretativa dos materiais examinados. A análise de conteúdo foi aplicada tanto à literatura especializada quanto a documentos institucionais selecionados, permitindo a articulação entre teoria e empiria.

Na etapa de pré-análise, realizou-se o levantamento, organização e leitura flutuante de um corpus diversificado de textos teóricos e documentos técnicos. Esse processo envolveu a seleção de fontes primárias e secundárias com base em critérios de relevância temática, diversidade disciplinar, atualidade e impacto acadêmico e social. Foram priorizados textos que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa, com atenção especial a autores que oferecem contribuições críticas para a compreensão do papel das plataformas digitais e da reorganização do poder no capitalismo contemporâneo.

Entre os autores selecionados, destacam-se:

- Shoshana Zuboff, com sua obra *A era do capitalismo de vigilância* (2018), por oferecer uma análise seminal sobre o uso comercial de dados comportamentais, a lógica da extração de valor informacional e os novos regimes de poder algorítmico;
- Dan Schiller e Vincent Mosco, pela abordagem crítica sobre a informatização da economia, o papel do Estado e das corporações na estruturação de regimes comunicacionais hegemônicos;
- Manuel Castells, cuja teoria da sociedade em rede (1996) permite

compreender os fluxos informacionais globais, a reconfiguração do espaço-tempo e as novas formas de sociabilidade mediadas por redes digitais;

- Tiziana Terranova, cuja reflexão sobre economia do conhecimento, trabalho imaterial, biopoder e redes distribuídas amplia a compreensão da lógica sistêmica das plataformas digitais;
- Herbert Schiller, por seu papel precursor na crítica à concentração da mídia e à colonização informacional por interesses corporativos;
- Sandra Braman, que articula os campos da política da informação, regulação estatal e controle social, oferecendo importantes insights sobre os regimes normativos que moldam o ambiente informacional;
- Autores latino-americanos como Maria Nélida González de Gómez, que contribuem com uma leitura situada da informação como mediação simbólica, cultural e política, sobretudo em contextos de desigualdade estrutural e colonialidade epistêmica.

Na etapa de exploração do material, o corpus textual foi submetido a uma leitura analítica sistematizada, com codificação de trechos relevantes, identificação de categorias conceituais e construção de mapas analíticos preliminares. Essa etapa permitiu estruturar a análise em torno de eixos temáticos interdependentes, como: a plataformação da vida social; os regimes de extração de dados; a reconfiguração do trabalho; os dispositivos de vigilância algorítmica; e os impactos na governança da informação. A análise foi orientada pela busca de conexões críticas entre teoria e prática, considerando os efeitos das transformações tecnossociais sobre os sujeitos, as instituições e as estruturas sociais. O tratamento dos resultados envolveu a sistematização das categorias identificadas e sua articulação com os casos empíricos selecionados. A inserção de exemplos concretos cumpre a função de ilustrar e tensionar os conceitos teóricos debatidos, evidenciando como o tecnofeudalismo se manifesta de maneira concreta no cotidiano informacional da sociedade brasileira. Os casos analisados foram escolhidos por sua relevância

social, potencial de impacto, representatividade nacional e articulação direta com as categorias teóricas discutidas. Dentre os casos empíricos analisados, destacam-se:

1. A lógica algorítmica e a precarização do trabalho por aplicativos: examinou-se a atuação de plataformas como *iFood*, *Uber* e *99*, com base em relatórios do *Fairwork Brasil*, entrevistas com entregadores e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise revelou como os algoritmos de gerenciamento impõem jornadas extensas, pagamentos variáveis e vigilância constante, configurando um ambiente de trabalho assimétrico e exploratório. A ausência de regulação clara e a fragilidade dos direitos trabalhistas aprofundam a vulnerabilidade desses trabalhadores.

2. Uso de dados pessoais na publicidade programática e microdirecionamento político: foram analisados os relatórios da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), denúncias do *Data Privacy Brasil* e estudos sobre o uso de dados de eleitores durante campanhas eleitorais. A coleta massiva de dados em redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* viabilizou práticas de manipulação comportamental e desinformação, com efeitos deletérios para a transparência democrática. O caso da eleição presidencial de 2018 e a disseminação de *fake news* via *WhatsApp* ilustram essa dinâmica.

3. Desinformação e impactos na saúde pública e processos políticos: investigaram-se campanhas de desinformação durante a pandemia de COVID-19, com base em estudos do *NetLab* (UFRJ) e relatórios da Fiocruz. Identificaram-se estratégias coordenadas de disseminação de conteúdos falsos sobre vacinas e políticas sanitárias, com impactos concretos na adesão às medidas de saúde pública e no agravamento da crise de confiança institucional.

Além do material bibliográfico e dos estudos de caso, foram incorporados documentos técnicos e institucionais, selecionados com base em sua autoridade institucional, abrangência temática e relevância para o debate público contemporâneo. Entre eles,

destacam-se relatórios e publicações da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Comissão Europeia, da *Electronic Frontier Foundation* (EFF) e do *Data & Society Research Institute*. Esses documentos subsidiaram a análise das políticas de regulação digital, direitos informacionais, governança algorítmica e colonialismo de dados. Ao integrar teoria crítica e análise empírica contextualizada, esta pesquisa busca oferecer uma leitura aprofundada e situada do tecnofeudalismo como fenômeno emergente. A metodologia adotada permite não apenas mapear o estado da arte do debate, mas também contribuir para o desenvolvimento de um arcabouço conceitual capaz de enfrentar os desafios contemporâneos da Ciência da Informação no contexto do capitalismo digital e da plataformação da vida social.

1 Resultados Parciais ou Finais

A análise realizada permitiu identificar que o tecnofeudalismo não se limita a uma metáfora ilustrativa, mas se configura como uma nova arquitetura de poder informacional, cuja base se sustenta na vigilância massiva, na extração e comercialização de dados pessoais e na intermediação compulsória das plataformas digitais em praticamente todas as dimensões da vida social. Tais plataformas assumem o papel de novos “senhores feudais” digitais, impondo regras unilaterais e opacas sobre o acesso, a visibilidade, o uso e a monetização das informações, o que aprofunda relações de dependência estrutural e compromete significativamente a autonomia informacional dos indivíduos. Ao controlar as infraestruturas tecnológicas, os dados e os algoritmos que regem o funcionamento do ambiente digital, essas corporações moldam não apenas o comportamento dos usuários, mas também a própria lógica de funcionamento das instituições democráticas e dos sistemas de produção simbólica.

Verificou-se que a lógica do platoformismo transforma atividades cotidianas — como trabalho, lazer, consumo, socialização e até mesmo práticas políticas — em insumos para

modelos de negócio orientados pela mineração e capitalização de dados. Nesse processo, o cotidiano dos indivíduos é convertido em fluxo constante de informações monetizáveis, o que aprofunda desigualdades e cria um ambiente de controle social algorítmico. A transformação das práticas sociais em dados quantificáveis alimenta um sistema em que cada ação é registrada, avaliada e, posteriormente, utilizada para retroalimentar os mecanismos de poder informacional. A analogia com o regime de vassalagem do feudalismo se materializa na medida em que os usuários, embora aparentemente livres, encontram-se subordinados às infraestruturas digitais que concentram o poder sobre os recursos essenciais à sua existência comunicacional e econômica.

No campo do trabalho, observa-se a precarização acelerada das relações laborais mediadas por plataformas. Setores como transporte e entrega são emblemáticos dessa transição. Em Maceió e em Arapiraca, por exemplo, o número de trabalhadores vinculados a aplicativos como Uber e iFood cresceu exponencialmente desde a pandemia da Covid-19. A informalidade e a ausência de direitos trabalhistas são mascaradas por uma retórica de autonomia e flexibilidade que, na prática, esconde a submissão a sistemas algorítmicos de avaliação, ranqueamento e punição. Esses sistemas operam sob lógicas opacas e inquestionáveis, voltadas à maximização do lucro empresarial, transferindo os riscos da atividade laboral para os próprios trabalhadores. Ao invisibilizar os vínculos empregatícios e naturalizar a intermediação digital como única alternativa de subsistência, essas plataformas reforçam uma estrutura de exploração que lembra o sistema de obrigações e servidão do feudalismo, agora digitalmente mediado.

Além da precarização econômica, constata-se também uma reorganização simbólica e cultural da esfera pública, profundamente impactada pela concentração do poder de visibilidade nas mãos das plataformas digitais. Algoritmos, operando sob critérios comerciais e interesses corporativos, determinam quais

discursos ganham alcance e quais são silenciados. Isso compromete a pluralidade informacional, impacta diretamente a construção da opinião pública e enfraquece o direito à comunicação como dimensão fundamental da cidadania. Episódios recentes de desinformação durante processos eleitorais, como os ocorridos nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022, evidenciam o papel das plataformas na disseminação de conteúdos manipulados, muitas vezes impulsionados artificialmente para gerar engajamento e lucro. Esse processo não apenas compromete a integridade do debate público, como também mina a confiança nas instituições democráticas, ao permitir que interesses privados moldem os limites do aceitável, do visível e do discutível. Essa lógica de modulação algorítmica da realidade também se reflete na desigualdade de acesso à informação. Em Alagoas, dados recentes da PNAD Contínua TIC indicam que aproximadamente 27% da população ainda não utiliza a internet, com índices de exclusão mais acentuados entre idosos, mulheres, populações negras e residentes em áreas rurais. Além disso, o CGI.br aponta que cerca de 36% da população rural no estado não tem acesso à internet com qualidade mínima. Tal cenário reforça a exclusão informacional e impede o pleno exercício da cidadania digital, criando um abismo entre os incluídos e os excluídos da esfera pública digital. A ausência de políticas públicas efetivas de inclusão digital, aliada à precariedade das infraestruturas tecnológicas em regiões periféricas, evidencia o aprofundamento de desigualdades históricas sob uma roupagem tecnificada.

A intermediação obrigatória das plataformas também impõe impactos significativos sobre instituições públicas de produção, preservação e mediação da informação, como universidades, bibliotecas e arquivos. No contexto alagoano, observa-se a crescente dependência de ferramentas digitais corporativas por parte de instituições públicas de ensino, como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que utiliza soluções de empresas como *Google* e *Microsoft* para

viabilizar suas atividades acadêmicas e administrativas. Essa dependência tecnológica, muitas vezes naturalizada, coloca em risco a autonomia institucional, a soberania dos dados educacionais e a segurança das informações sensíveis. Além disso, há um movimento crescente de privatização de repositórios de pesquisa, bases de dados científicas e ambientes virtuais de aprendizagem, o que compromete o acesso universal e equitativo ao conhecimento produzido com financiamento público.

Bibliotecas públicas, que tradicionalmente desempenham um papel central na democratização da informação, enfrentam uma crise estrutural de financiamento, infraestrutura e reconhecimento político. Em muitas cidades do interior de Alagoas, há bibliotecas com acervos desatualizados, sem acesso à internet e com equipe reduzida. Arquivos públicos, por sua vez, enfrentam dificuldades ainda maiores: muitas instituições não contam com políticas de digitalização, preservação digital ou sistemas arquivísticos adequados. A ausência de investimentos nessa área representa uma ameaça à memória institucional, à transparência pública e ao acesso a informações de interesse coletivo.

Apesar desse cenário preocupante, é necessário reconhecer que há críticas importantes ao conceito de tecnofeudalismo enquanto categoria analítica. Diversos autores argumentam que a noção de tecnofeudalismo pode obscurecer continuidades fundamentais do capitalismo contemporâneo, ao sugerir uma ruptura histórica que, de fato, não ocorre. Pesquisadores como Evgeny Morozov, por exemplo, apontam que as plataformas digitais não substituem a lógica capitalista, mas a intensificam. Segundo essa perspectiva, o que se observa não é o retorno a um modelo feudal, mas a consolidação de um capitalismo digital de vigilância, conforme proposto por Shoshana Zuboff, no qual a acumulação se dá pela captura comportamental e pela previsão algorítmica do comportamento humano.

Outros estudiosos preferem o termo "capitalismo de plataforma", como Nick Srnicek, para indicar que as práticas de extração de dados, concentração de poder e

controle sobre infraestruturas digitais são expressões atualizadas do próprio capitalismo, e não de um sistema alternativo. Ao reforçar a ideia de tecnofeudalismo, corre-se o risco de romantizar ou simplificar a complexidade das transformações em curso, sem considerar que o sistema continua movido por interesses de lucro, concorrência, financeirização e acumulação desigual — características centrais do capitalismo, ainda que sob novas formas. Esses contrapontos não invalidam a potência crítica do conceito de tecnofeudalismo, mas apontam para a necessidade de um uso cuidadoso e situado da terminologia. A proposta de tecnofeudalismo pode ser mais eficaz como um diagnóstico provocador do deslocamento do poder social e político para atores privados globais que operam infraestruturas digitais monopolistas. Ela ajuda a visibilizar relações de dominação que escapam aos instrumentos clássicos de regulação e controle estatal. Contudo, a complexidade do fenômeno exige abordagens interdisciplinares e articuladas, que considerem as interações entre dimensões econômicas, políticas, jurídicas, informacionais e culturais.

Frente a esse contexto, torna-se evidente que o tecnofeudalismo não representa apenas uma mutação da lógica capitalista, mas uma mudança paradigmática na forma como a informação é produzida, circula e é controlada. Ele redefine os fundamentos da soberania informacional, compromete a equidade no acesso ao conhecimento e tensiona os limites da democracia no século XXI. Nesse cenário, a política de informação emerge como instrumento estratégico de resistência e transformação. No entanto, sua efetividade depende da articulação entre conhecimento técnico, mobilização social e vontade política, para reverter o processo de captura da informação por interesses corporativos e recolocar a informação como um bem comum, acessível, plural e orientado pelo interesse público.

Essa rearticulação exige o fortalecimento das instituições públicas de informação, o investimento em infraestruturas tecnológicas soberanas, a promoção de uma cultura digital

crítica e a elaboração de marcos regulatórios adaptados à complexidade do ambiente informacional contemporâneo. Ao reconhecer a informação como dimensão estratégica da cidadania, torna-se possível enfrentar as assimetrias impostas pelo modelo tecnofeudal e construir alternativas baseadas em justiça informacional, transparência e participação democrática.

5 Considerações Parciais ou Finais

A presente análise permitiu cartografar os contornos de uma reconfiguração estrutural do poder na era digital, aqui compreendida sob a lente crítica do tecnofeudalismo. Este conceito não designa uma simples evolução tecnológica, mas uma profunda mutação paradigmática em que a vigilância sistêmica, o extrativismo massivo de dados e a intermediação algorítmica se tornam os princípios organizadores das dinâmicas sociais, culturais, econômicas e, fundamentalmente, políticas. Ao se consolidar como um novo e hegemônico regime sociotécnico, este modelo opera uma subsunção total da experiência humana, convertendo todas as suas manifestações — o trabalho e o lazer, o consumo e a criação, a comunicação interpessoal e a ação política coletiva — em insumos brutos para um ecossistema de plataformas digitais. Estas, por sua vez, operam como os novos “senhores feudais digitais”, concentrando um poder infraestrutural sem precedentes, detendo o controle absoluto sobre os fluxos de informação e sobre os mecanismos invisíveis de visibilidade, recompensa, punição e exclusão que governam a vida contemporânea. A lógica intrínseca da plataformaização da vida, longe de cumprir as promessas utópicas de uma sociedade mais conectada e equitativa, funciona como um potente acelerador de desigualdades históricas, ao mesmo tempo que gera novas formas de vulnerabilidade e dominação. No plano do trabalho, o impacto é devastador e multifacetado. Assiste-se a uma precarização programada das relações laborais, visível de forma explícita em setores como transporte, entregas e serviços sob demanda — a chamada *gig economy* —, mas

que se espalha de forma insidiosa por diversas outras áreas, incluindo o trabalho criativo e intelectual. Os trabalhadores, reclassificados como “parceiros” ou “microempreendedores”, são na verdade subordinados a sistemas de gestão algorítmica inteiramente opacos, que governam sua conduta por meio de avaliações constantes, métricas de desempenho e sistemas de pontuação. Esta arquitetura de controle atomiza a força de trabalho, impede a organização coletiva, transfere todos os riscos empresariais para os indivíduos e, na prática, anula direitos sociais e trabalhistas arduamente conquistados ao longo de décadas. A autonomia do sujeito é corroída e substituída por uma nova forma de servidão maquinária, onde a obediência a um código invisível se torna a condição para a sobrevivência econômica.

Para além da esfera laboral, este regime impõe um profundo impacto na subjetividade. O sujeito do tecnofeudalismo é o sujeito do desempenho, compelido a uma auto-otimização contínua, transformando sua própria vida em um projeto empresarial a ser gerenciado. A vigilância não é apenas externa, mas internalizada: somos incentivados a monitorar a nós mesmos, a quantificar nossas atividades, a performar uma identidade atraente nas redes e a nos engajarmos voluntariamente em nossa própria exposição. Este processo gera um estado de ansiedade e esgotamento permanentes, dissolvendo as fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, entre a esfera pública e a intimidade. A saúde mental emerge como um dos campos de batalha centrais deste novo regime, com o aumento exponencial de transtornos como o burnout e a ansiedade, diretamente ligados à pressão por conexão e produtividade ininterruptas.

No plano simbólico e cultural, o que se observa é uma concentração alarmante do poder discursivo nas mãos de um oligopólio de corporações transnacionais. Estas empresas não apenas controlam os canais de distribuição da informação, mas definem ativamente, por meio de seus algoritmos e políticas de moderação, o que pode e o que não pode ser visto, dito e debatido no espaço público digital.

Este poder de censura privada e de promoção seletiva de conteúdos compromete radicalmente a pluralidade informacional, o contraditório e o próprio direito à comunicação. A construção da realidade passa a ser mediada por algoritmos cujo objetivo primário não é o esclarecimento público ou a qualidade do debate, mas a maximização do engajamento e da rentabilidade publicitária. A atenção humana, recurso finito e precioso, é capturada e mercantilizada, configurando o epicentro de uma economia da atenção que prospera com a polarização, a desinformação e o sensacionalismo. Este processo aprofunda o que pode ser chamado de colonialismo de dados, um sistema em que as nações e comunidades do Sul Global são frequentemente reduzidas a meras fontes de dados brutos e mercados consumidores de tecnologias desenvolvidas e controladas pelo Norte Global, perpetuando padrões históricos de dependência e extração.

As consequências deste modelo extrapolam, portanto, o campo da economia para invadir e corroer profundamente a esfera política e os alicerces da democracia. O persistente vazio normativo em torno da regulação das tecnologias digitais, a fragilidade sistêmica na proteção de dados pessoais e a privatização galopante de espaços que deveriam ser públicos revelam a urgência crítica de repositionar o papel da política de informação. Ela deve ser vista não como um campo técnico ou setorial, mas como uma ferramenta estratégica central para o enfrentamento das assimetrias de poder que definem nosso tempo. A ausência de marcos legais robustos e eficazes concede um poder quase soberano às plataformas, dificultando severamente o exercício de direitos fundamentais como a privacidade, a liberdade de expressão, a não discriminação e o acesso equitativo à informação, que são as condições de possibilidade para uma cidadania plena.

Neste cenário complexo e desafiador, a Ciência da Informação (CI) é convocada a assumir um papel de protagonismo intelectual e social. A área dispõe de um arcabouço teórico-metodológico robusto para, em primeiro lugar, diagnosticar criticamente os mecanismos de

poder, controle e exclusão que sustentam o tecnofeudalismo. Em segundo lugar, e de forma ainda mais crucial, a CI pode e deve contribuir ativamente para a formulação de políticas públicas de informação que sejam explicitamente orientadas para a justiça social, a regulação democrática das tecnologias e a promoção da soberania informacional. Para tal, é imperativo que sua agenda de pesquisa e ensino incorpore de forma central e transversal temas urgentes como o já mencionado colonialismo de dados, a ética da inteligência artificial, a governança algorítmica, a vigilância automatizada em espaços públicos e privados, e a busca por uma justiça digital que vá além do mero acesso.

Um pilar fundamental desta atuação é o desenvolvimento e a disseminação de uma alfabetização informacional crítica. Este conceito precisa ser radicalmente expandido para além de uma visão instrumental focada em habilidades técnicas de busca e avaliação de fontes. Em um contexto tecnofeudal, a alfabetização informacional crítica deve ser compreendida como o desenvolvimento de uma consciência política e epistemológica sobre o funcionamento das infraestruturas digitais. Isto implica formar sujeitos capazes de: 1) compreender a lógica e os vieses dos sistemas algorítmicos que moldam suas interações; 2) identificar e questionar os interesses econômicos e políticos que estruturam as plataformas; e 3) participar ativamente e de forma criativa na construção de ecossistemas informacionais alternativos. Esta proposta alinha-se diretamente com o objetivo de formar sujeitos informacionalmente autônomos, aptos a exercer sua cidadania de forma plena e reflexiva em um ambiente sociotécnico de crescente complexidade.

A viabilização dessa formação crítica exige um esforço coordenado para repensar e fortalecer o papel de instituições-chave como as escolas, as universidades, as bibliotecas públicas e os espaços comunitários de informação. Estes devem se posicionar como núcleos de resistência, reflexão e produção de saberes emancipatórios. A Ciência da Informação pode liderar este processo ao colaborar na

formulação de estratégias pedagógicas inovadoras e interdisciplinares, que articulem o letramento digital com a ética informacional, a educação para os direitos humanos e o fomento à participação cidadã. Trata-se de equipar as bibliotecas, por exemplo, não apenas com computadores, mas com programas de "desintoxicação de dados", oficinas sobre privacidade e segurança digital, e clubes de debate sobre o impacto social das tecnologias.

Paralelamente à formação, é fundamental investigar, propor e fomentar modelos alternativos de governança da informação. A hegemonia do modelo extrativista das big techs não é uma fatalidade tecnológica, mas o resultado de escolhas políticas e econômicas. Experiências concretas baseadas em cooperativismo de plataforma, software livre, soberania de dados, infraestruturas públicas, redes descentralizadas e cooperativas de dados (*data commons*) apontam para caminhos viáveis e sustentáveis. Essas alternativas visam descentralizar o poder informacional, desafiar a lógica da concentração corporativa e devolver às comunidades o controle sobre suas narrativas, seus dados e seus processos decisórios, abrindo espaço para a construção de uma economia da informação mais justa, resiliente e orientada ao bem comum. Exemplos como as redes de comunicação comunitária (Guifi.net na Catalunha), as bibliotecas digitais autogeridas, ou os projetos de data trusts que permitem a gestão coletiva e democrática de dados, demonstram que outras arquiteturas informacionais são tecnicamente possíveis e socialmente desejáveis.

Do ponto de vista regulatório, a inação não é uma opção. Torna-se urgente avançar na discussão e implementação de políticas públicas robustas. Iniciativas como o Digital Services Act (DSA) e o AI Act na União Europeia, ainda que passíveis de críticas, representam passos importantes ao estabelecerem princípios de transparência algorítmica, responsabilidade das plataformas, limitação de práticas abusivas e mecanismos de reparação para os usuários. No Brasil, o debate em torno de legislações como o Marco Civil da Internet e

a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) deve ser contínuo e aprofundado, visando não apenas sua aplicação efetiva, mas também seu aprimoramento para lidar com os desafios emergentes da inteligência artificial e da plataformização. Cabe à Ciência da Informação contribuir ativamente nesse processo, fornecendo subsídios teóricos e empíricos para o debate público, assessorando a formulação de políticas e construindo pontes entre o conhecimento científico, os movimentos sociais e os formuladores de políticas.

Ampliar a capacidade crítica da área, articular ciência, política e engajamento social, e propor alternativas sociotécnicas inclusivas são, portanto, caminhos urgentes e inadiáveis. Este compromisso exige a superação definitiva de visões tecnocêntricas ou meramente funcionalistas da informação, que a reduzem a um recurso neutro ou a um problema de eficiência. É preciso abraçar abordagens críticas, interdisciplinares e eticamente comprometidas com a transformação social, que compreendam a informação como um campo de poder e disputa.

Em última análise, a compreensão do tecnofeudalismo não deve se esgotar em um diagnóstico pessimista. Ele é um passo analítico necessário para desnaturalizar a vigilância, o extrativismo e a concentração de poder. Contudo, seu valor reside principalmente em sua capacidade de abrir espaço para a imaginação política e para o desenho de futuros possíveis onde a informação seja efetivamente tratada como um bem comum, e não como uma mercadoria privada. A valorização de infraestruturas públicas, o fortalecimento de instituições democráticas, o fomento a uma cultura de governança participativa e a promoção da justiça informacional — em suas dimensões distributiva, processual e epistêmica — são tarefas coletivas que exigem coragem política, sensibilidade ética e um profundo compromisso epistêmico.

O tecnofeudalismo não é um destino inevitável, mas uma construção histórica, política e econômica. Ele é sustentado por escolhas, investimentos, leis e narrativas que podem e devem ser contestadas. Cabe à

Ciência da Informação, em diálogo permanente e solidário com outras áreas do saber e com os movimentos sociais, assumir sua responsabilidade histórica e participar ativamente da desconstrução desse modelo, oferecendo não apenas diagnósticos, mas também alternativas, mobilizando saberes e protagonizando a construção de uma nova e radicalmente democrática ecologia informacional, fundada na equidade, na diversidade e na soberania coletiva dos povos.

6. Referências

6.1 Livros

BERARDI, F. *After the Future*. Oakland: AK Press, 2012.

BRAMAN, S. *Change of State: Information, Policy, and Power*. Cambridge: MIT Press, 2006.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. *Política de informação: um olhar a partir da Ciência da Informação*. In: SILVA, E. L. da; FREITAS, L. M. de (org.). *Ciência da Informação em pauta*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 91–106.

JARDIM, J. M.; SILVA, A. M. P.; NHARRELUGA, A. C. *Política de informação: conceitos e questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MOROZOV, E. *The net delusion: The dark side of internet freedom*. New York: PublicAffairs, 2011.

MOSCO, V. *A economia política da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2009.

SCHILLER, H. I. *Information Inequality: The Deepening Social Crisis in America*. New York: Routledge, 1996.

TERRANOVA, T. *Network Culture: Politics for the Information Age*. London: Pluto Press, 2004.

ZUBOFF, S. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019.

6.2 Ambiente Web

AMA/IBGE. (2023, 10 de novembro). Cresce número de idosos conectados em AL: mais da metade acessou a internet em 2022. https://ama-al.com.br/ibge-cresce-numero-de-idosos-conectados-em-al-mais-da-50-acessou-a-internet-em-2022/?utm_source=chatgpt.com

CETIC.br. (2024). *TIC Domicílios 2023 – Destaques*. Comitê Gestor da Internet no Brasil. <https://cetic.br/pt/tics/domiciliros/2023/destaques/>

IBGE. (2023). *PNAD Contínua TIC 2022: 27% dos brasileiros ainda não utilizam a internet*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38250-pnad-continua-tic-27-dos-brasileiros-ainda-nao-usam-a-internet> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *PNAD Contínua TIC 2023 e 2024: Dados sobre uso da internet por região, sexo, cor/raça* <https://www.ibge.gov.br/indicadores>

Tribuna Hoje. (2025, 25 de julho). *Internet chega a 1,1 milhão de domicílios alagoanos em 2024*. <https://tribunahoje.com/noticias/ciencia-e-tecnologia/2025/07/25/162429-internet-chega-a-11-milhao-de-domiciliros-alagoanos-em-2024>

Wikipédia. (2024). *Lista de unidades federativas do Brasil por acesso à Internet*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_acesso_%C3%A0_Internet?utm_source=chatgpt.com

NOTAS

1 Este trabalho foi realizado no escopo das atividades do Projeto “Socialização do Método do

Estudo Imanente em Informação”, Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, sob a supervisão do Professor Doutor Edivanio Duarte de Souza.